

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O CONFLITO FUNDIÁRIO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL NA AMAZÔNIA: PENSANDO O TERRITÓRIO E OS IMPACTOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Shislene Rodrigues de Souza¹

Alzira Almeida de Araújo²

Altem Nascimento Pontes³

Resumo: A Educação Ambiental (EA) é uma prioridade direta no trabalho da gestão ambiental em Unidade de Conservação. O objetivo deste trabalho foi correlacionar a EA como ferramenta de atuação, na qualidade da gestão de Unidade de Conservação em uma área de conflito socioambiental, de modo a validar os impactos de transformação ocorridos no território do Parque Estadual Charapucu. Metodologicamente, essa pesquisa apresenta abrangência qualitativa por envolver estudos de ações sociais grupais, tratando-se de uma pesquisa-ação participativa. O recorte temporal do trabalho situou-se sobre um projeto de 12 meses, no ano de 2018. Durante a realização do trabalho se constatou que a EA pode ser parte da solução para o desenvolvimento e permanência das comunidades tradicionais da região.

Palavras-chave: Ilha de Marajó; Comunidades Tradicionais; Políticas Públicas.

Abstract: Environmental Education (EE) is a direct priority in the work of environmental management in a Conservation Unit. The objective of this work was to correlate EE as an action tool, in the quality of the Conservation Unit management in an area of socio-environmental conflict, in order to validate the transformation impacts that occurred in the territory of the Charapucu State Park. Methodologically, this research has a qualitative scope as it involves studies of group social actions, being a participatory action research. The time frame of the work was based on a 12-month project in 2018. During the work, it was found that EE can be part of the solution for the development and permanence of traditional communities in the region.

Keywords: Marajó Island; Traditional Communities; Public Policy

¹Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-bio.
E-mail: leneforest@gmail.com,

²Universidade do Estado do Pará. E-mail: alziraaraujualmeida@hotmail.com

³Universidade Federal do Pará. E-mail: altempontes@hotmail.com

Introdução

A formação de espaços ecologicamente protegidos é um importante meio para a conservação da natureza (BENATTI; OLIVEIRA, 2018). Ao longo dos anos, percebe-se que muitos ambientes estavam sendo levadas a exaustão, com a dinâmica de uma sociedade crescente, consumidora, produtiva, e diversa na modernização da vida cotidiana. Neste contexto, passa-se a fazer o exercício de criar estratégias de manutenção de recursos naturais, dentro de uma prospecção de atender a sobrevivência na Terra.

O escopo da construção de Unidades de Conservação (UCs) veio para assegurar a mais ampla representatividade dos ecossistemas brasileiros, que incluem não só a percepção ambiental na seara do desenvolvimento sustentável, como também o aspecto socioambiental com as porções significativas de diferentes populações, habitats e das águas jurisdicionais, que levam a proteger o patrimônio biológico (BENATTI; OLIVEIRA, 2018).

Contudo, observa-se que a maneira como as áreas protegidas foram criadas no Brasil desde a década de 80 do século anterior, entre alguns casos, acabou por não obedecer os direitos e a independência das comunidades tradicionais de administrar seus próprios territórios e utilizar os recursos naturais deles provenientes, forçando muitas vezes a sua retirada daquele local que ocupa há dezenas de anos, ou mesmo por gerações, desconsiderando o papel destas na conservação de seus habitats (BENATTI; OLIVEIRA, 2018; MEDA, 2014; NASCIMENTO, 2017). Como exemplo na rede de Unidades de Conservação do Estado do Pará, temos a criação do Parque Estadual Charapucu (PEC).

O PEC é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral que fica localizada no município de Afuá, arquipélago do Marajó, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010 que possui uma área atual total com forma de um polígono irregular envolvendo uma superfície de 65.181,94 há.

O Parque, que está sob gestão do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), desde a sua criação, sofre um conflito fundiário oriundo da sobreposição da UC com um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na Ilha Charapucu. Enquanto um tem por objetivo básico a preservação, o outro tem incentivo ao uso dos recursos naturais, pautado na relação do modo de vida de populações tradicionais. Nesse âmbito, dado o contexto de dois territórios que apresentam destinações tão distintas, temos um caso emblemático da falta de ordenamento e integração entre as esferas do governo, que deixa de atender a sociedade, na promoção do bem comum.

Em face dos conflitos decorrentes da sobreposição do PEC e o Assentamento Agroextrativista Ilha Charapucu, foram incorporadas na gestão da UC diversas medidas cabíveis para dirimir tal conflito, e resguardar os

direitos das populações e comunidades tradicionais. Em uma delas, tratando especificamente o ordenamento territorial em si, propõe a condição hoje de haver o redimensionamento do Parque sem afetar as comunidades, ou seja, a redução para áreas onde não há ocupação humana e uso direto dos recursos naturais, e consolidando o trabalho, tem-se a proposta de criação de uma UC dentro do grupo de Uso Sustentável no seu entorno, de modo a ser compatível a interferência humana com a conservação da natureza, neste caso a permanência das populações tradicionais que já estão presentes no território.

Outra medida insere-se a efeito de desenvolver ações e práticas de conscientização de Educação Ambiental (EA) de maneira ampliada e singular às características das sociedades ribeirinhas marajoaras do PEC e sua zona de amortecimento. A EA, orientada aos grupos sociais que convivem diretamente com a realidade das UCs, é uma estratégia essencial para o envolvimento da sociedade na desafiadora tarefa de manter as diversidades natural, cultural e histórica desses territórios (ICMBio, 2016, p.10).

Nessa perspectiva, a EA pode se tornar uma aliada nas formações de relações mais harmônicas com o meio ambiente, e de provocar espaços menos complexos para diminuir o enfrentamento de conflitos socioambientais. Além disso, busca estabelecer uma gestão ambiental que não se limita apenas à regulação do processo econômico, a mercantilização/valoração dos recursos ambientais, mas também ao desenvolvimento de ações que consideram a amplitude natural, cultural, social, econômica e política de toda uma relação homem-natureza, e sua complexidade que comece a ser entendida (LEFF, 2001), o que permeia na base da EA.

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo correlacionar a EA como ferramenta de atuação na qualidade da gestão de UC em uma área de conflito socioambiental, de modo a validar os impactos de transformação ocorridos no território do PEC, sendo uma Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral localizada na Amazônia paraense, na região do Arquipélago de Marajó.

Metodologia

O lócus da pesquisa é uma UC que ocupa uma área de mais de 65 mil hectares de floresta nativa, e está localizado em Afuá, um dos municípios que integram o Arquipélago de Marajó, o maior arquipélago fluviomarítimo do planeta, situado no estado do Pará. A região recebe influência de águas fluviais (Rio Amazonas – oeste e noroeste e Rio Pará – leste) e oceânicas (Oceano Atlântico – norte e nordeste), conforme indica a Figura 1.

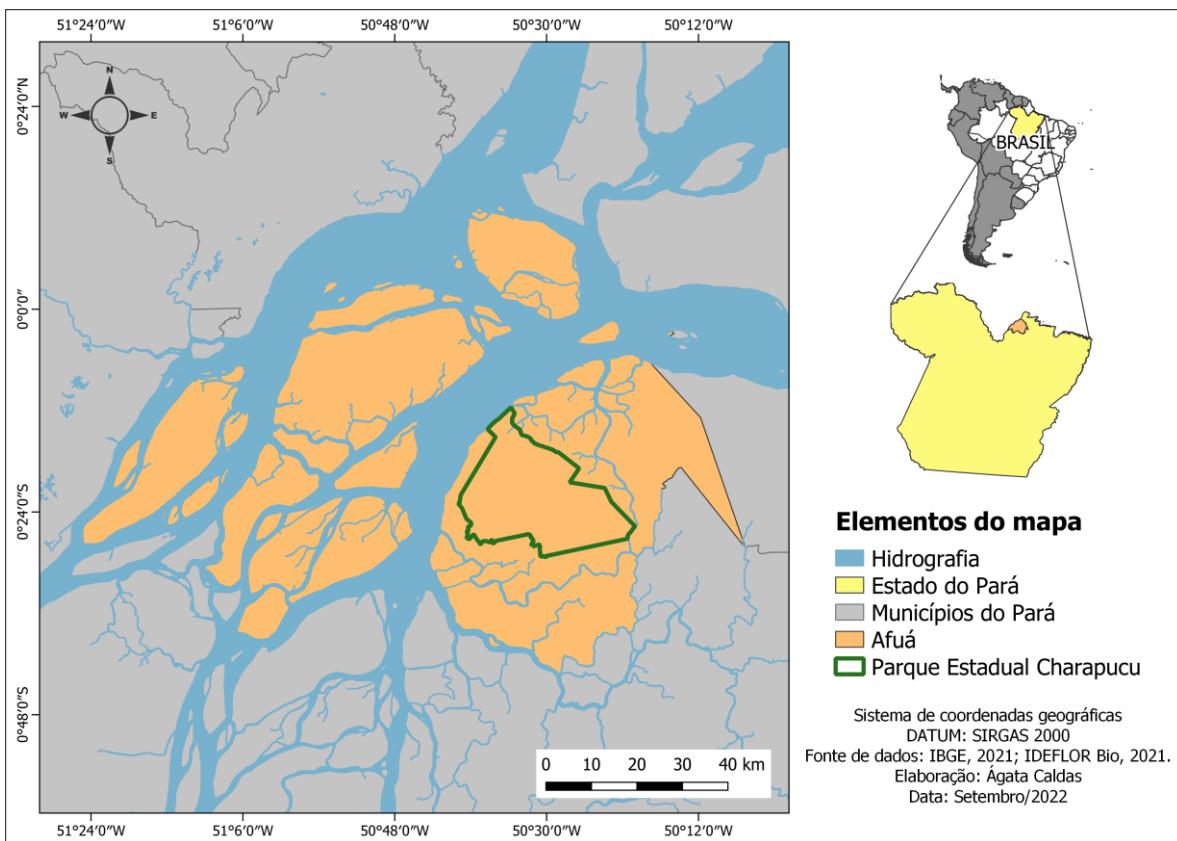


Figura 1: Localização do Parque Estadual Charapucu PEC, município de Afuá/Pará.
Fonte: Gerência da Região Administrativa do Marajó - GRM/IDEFLOR-Bio, 2021.

O PEC possui florestas de igapós e várzeas que dão abrigo a uma série de espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção, constituindo a única UC de proteção integral do Arquipélago de Marajó.

A pesquisa tem cunho participativo (pesquisa-ação), ocorreu fundamentada em evidências de campo, com particularidades e conhecimentos sobre a área de estudo, orientada pelo envolvimento da gestão da UC com a prática local. Nesse sentido, o estudo seguiu um caráter exploratório e qualitativo, baseado em informações de fontes bibliográficas diversas como artigos científicos e relatórios técnicos e, sobretudo, da vivência acumulada da equipe técnica da gerência responsável pelas áreas protegidas na região do Marajó.

A pesquisa-ação é igualmente discutida em áreas de atuação técnico-organizativa, onde há outros compromissos sociais e ideológicos que pondera em sua metodologia uma diversidade de propostas de pesquisa nos vários campos de atuação social, podendo ser aplicada com ações planejadas para impactar e induzir a mudança da realidade vivida por populações, através de políticas públicas. No caso em questão, a ação ocorreu de forma planejada subsidiada por um projeto executado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), através da Gerência da Região Administrativa do Marajó (GRM).

De acordo com Tripp (2005, p.447), embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional. Isso porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática. Assim, a pesquisa-ação requer ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, de modo que, em maior ou menor medida, terá características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica.

Resultados e Discussão

As práticas realizadas pela GRM foram iniciadas em junho de 2018, e tiveram cerca de 1.000 crianças e jovens atendidas no primeiro momento do projeto denominado Educação Ambiental no Parque Estadual Charapucu: "Conscientizar para Conservar", que por sua vez estava vinculada ao contexto da comemoração nacional da Semana do Meio Ambiente. Dando continuidade ao trabalho, no mês de agosto do mesmo ano 600 crianças e jovens foram sensibilizados, e já finalizando, mais 1.100 crianças e jovens foram atendidos nos meses de novembro e dezembro, totalizando assim aproximadamente 2.700 pessoas que obtiveram direta ou indiretamente acesso à proposta de trabalho, no qual se tinha a intenção de provocar um olhar novo de grupos sociais que convivem e estão dentro de uma UC, que passa por um problema de conflito fundiário.

A ideia é desmistificar a impressão de que a existência de uma área reservada para proteger a biodiversidade da região, seja motivo de empecilho para o desenvolvimento local, ou mesmo de diminuição de acesso a serviços básicos, que promovam melhor qualidade de vida, quando ao contrário, vislumbra-se promover tal desenvolvimento, de forma sustentável como é previsto nos termos do art. 4º da Lei 9.985 que versa sobre os objetivos do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza- SNUC (BRASIL, 2000). Além disso, se teve a intenção de provocar mudanças de atitudes da população quanto ao uso dos recursos, de agenciar engajamento e participação social, na contribuição de tornar a UC exequível, considerando as características das sociedades ribeirinhas marajoaras.

Isso numa perspectiva que não só denota a relação homem-natureza de forma crua, onde a visão se priva à interferência direta do indivíduo e suas implicações no meio ambiente, mas na condição das relações sociais as dimensões provocadas e suas consequências e interdependência no meio natural. Nesses moldes, tem se-à tona as reflexões delineadas por Rosa *et al.* (2021) que frisa a amplitude da responsabilidade social incumbida em uma definição de visão integrada e complexa, em que inter-relaciona a Educação Ambiental como meio de levar as discussões das relações envoltas entre os indivíduos e desses com o meio ambiente, de modo a trazer possibilidades de conhecimento e conscientização de seus atos para o desenvolvimento.

A condição conflituosa de permanência de pessoas no Parque Estadual Charapucu tem induzido a formação de ideias negativas da existência de Unidades de Conservação no direito sobre o território que as populações tradicionais construíram ao longo do tempo com o meio onde vivem. Nesse âmbito, a posição do poder público de gerar erroneamente a relação desarmônica entre homem e a natureza, impõe a responsabilidade de reproduzir significância nesta relação, incluindo não só através de verificar a melhor categoria de UC a ser implantada, de forma a adequar a proteção/preservação da natureza e as populações tradicionais (MEDA, 2014), mas também de mostrar a perspectiva das consequências das nossas atitudes realizadas no hoje não só como indivíduo, mas como em sociedade, para as gerações futuras (ROSA et al., 2021). Indo a favor dos objetivos fundamentais trazidos pela Política Nacional de Educação Ambiental, sendo entre eles: o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, a democratização das informações, o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, e o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999).

As escolas são vistas como espaço mais acessível, democrático e dinâmico no alcance de resultados imediatos na sociedade. E para a EA não podia ser diferente, tanto que tem se utilizado tal ensino formal intensamente nos últimos anos para contribuir na gestão ambiental pública (ICMBio, 2016). Reconhecimento este abordado pelo estudo de Santos et al. (2021) que atribui às escolas, um papel fundamental na sistematização e socialização dos conhecimentos, auxiliando a formação de sujeitos conscientes e críticos, e ainda resilientes a situações adversas nos tempos atuais. Assim como Rosa et al. (2021) que reporta a importância da educação escolar nos termos de construção social. Nesse âmbito, tendo à transversalidade da EA a oportunidade de disseminar novos conhecimentos no ensino formal, ocorreu os trabalhos realizados nas escolas da região da Unidade de Conservação do PEC.

Para tanto, em termos de alcance, pode-se citar que vários públicos foram atingidos, em diferentes escalas, sendo que 15 escolas na zona rural e urbana, 12 comunidades rurais e uma Organização Nacional Governamental (ONG), chamada “Missão de Assistência ao Cuidador (MAC)” receberam as atividades. Foram desenvolvidas ações com a utilização de fantoches para interpretação teatral voltada à Unidade de Conservação da Natureza, jogos lúdicos pedagógicos ambientais, como jogos de tabuleiro, quebra-cabeças e jogos de mesa, brincadeiras e dinâmicas de grupo relacionadas à EA. Em meio as propostas trazidas pela equipe de gestão, também houve gincanas que mesclararam atividades escolares com o cuidado ao meio ambiente, palestras sobre temas diversos, desde a sustentabilidade até a prevenção da violência e uso de entorpecentes, oficina com doação e plantio de sementes, mudas e insumos para as escolas com construção de hortas suspensas e incentivo aos alunos para replicar as técnicas em suas respectivas casas, além de uso do

cinema como técnica e estratégia metodológica de informações a respeito da realidade em que se vive e sua conscientização.

A participação alcançou crianças e jovens numa faixa etária de 4 a 18 anos, sendo trabalhadas turmas do ensino fundamental I (1º ao 5º anos) e ensino fundamental II (6º ao 9º anos) nas escolas da zona rural, além de crianças na idade pré-escolar e estudantes do ensino médio das escolas da zona urbana. Dentro do processo de sensibilização, foram incluídos os adultos a partir da participação de funcionários da própria escola e de pais de alunos que interagiram durante as dinâmicas, palestras e atividades em geral. Até representantes do Conselho Gestor do PEC foram envolvidos na estratégia de integração da sociedade na gestão.

As comunidades rurais visitadas pelo Projeto foram: a Comunidade Nova Aliança, Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Comunidade Jupati, Comunidade Bom Jardim, Comunidade Novo Progresso, Comunidade São José, Comunidade Panacalhau, Comunidade São Sebastião, Comunidade Macedônia, Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, localizadas nos rios e igarapés da região como Rio Charapucu, Rio Preto, Rio Ipuxuna, Rio Itaboca, Rio Aningal, Rio Cajari e a Baía do Vieira Grande. Todas situadas na chamada Ilha Grande do Charapucu, onde está localizado o PEC. Já na cidade de Afuá, as ações chegaram nas escolas distribuídas no centro do município, desde o pré-escolar até ensino médio, além do bairro Capim Marinho, localizado na periferia do município.

As ações da gestão continuaram a ser desenvolvidas no território, por meio de duas principais frentes de agendas positivas para atender demandas da população local. Nesse sentido, a EA e os cursos de manejo de recursos naturais em ecossistema de várzea foram temas de diversas atividades promovidas nas comunidades do PEC em 2018, com agendas ainda no segundo semestre.

Agenda de EA contou com o apoio da Seção especializada de EA do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA/PM/PA). Até então, naquele ano, foram realizadas duas expedições para trabalhar o tema, uma no primeiro e outra no segundo semestre, atendendo escolas da zona rural, dentro e no entorno do PEC, e da sede municipal de Afuá, alcançando os números descritos na Tabela 1.

Tabela 1: Quadro demonstrativo do alcance das ações de Educação Ambiental no PEC no ano de 2018.

Educação Ambiental	1ª Expedição	2ª Expedição	TOTAL
Nº de crianças atendidas	1.000	600	1.600
Nº de escolas atendidas	8	7 + 1 ONG	16
Nº de comunidades	6	5	11

Fonte: Autoria própria, 2021.

Os temas abordados foram principalmente a criação do PEC e a importância da preservação de fauna e flora, da água, dos resíduos sólidos, legislação ambiental, entre outros, e em algumas turmas do Ensino Fundamental II, cujo perfil de alunos é de maioria jovem, utilizando sempre a abordagem didática e participativa.

Conclusões

Ações relacionadas às políticas públicas das áreas Protegidas, em um caráter orientativo, e que promovam o desenvolvimento de uma sociedade fundada sob bases ecológicas, equidade social, diversidade cultural e democracia participativa, tendem a estabelecer processos de gestão do território de forma mais coerente com a realidade local, a partir do direito à melhoria da qualidade de vida de populações tradicionais e do desenvolvimento sustentável dos recursos, com a preservação da biodiversidade. Com esta visão foram realizados os trabalhos de gestão no PEC, que utiliza entre outros programas de operação, a EA.

A EA vem, então, como instrumento de fortalecimento da conscientização, informação e conhecimento pulverizado do homem com parte do processo de decisão no meio ambiente. Nessa relação, permitiu-se fazer com que cada grupo social (escolas e comunidades tradicionais) possa produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e conhecimentos para participar dos processos de gestão do território, de modo que esses grupos decidam sobre sua própria condição de existência, sem esperar pelo poder público para alcançar as mudanças desejadas. Isso contribuiu para a ruptura da dependência e redução das iniquidades fundadas na distribuição desigual do conhecimento.

Por outro lado, a funcionalidade de ações com práticas educativas emancipadores ganham importância também quando existem precedentes que distanciam uma relação harmônica entre o homem e o meio ambiente, como nos cenários de conflitos fundiários. Nesse sentido, a execução desta atividade na região do PEC transcendeu ao processo de sensibilização às causas ambientais, mas também veio numa abordagem de reaproximação da população local com a gestão da UC, onde a partir do diálogo com as comunidades tradicionais, buscou-se uma gestão mais participativa, ao se trabalhar com escolas e comunidades ainda não atendidas nesta esfera governamental, ampliando e fortalecendo parcerias institucionais e construindo um cenário futuro direcionado à conscientização ambiental. Foi constatado que os envolvidos neste processo criaram visão crítica em relação ao meio ambiente e uma posição de ação e mudança frente a sua escola/comunidade/bairro, além de proporcionar a conservação a longo prazo dos ecossistemas naturais e a manutenção dos serviços ambientais protegidos pela criação do PEC, bem como garantir os processos ecológicos naturais, justificando a criação desta referida UC.

Assim, em cenários de conflito fundiário como no PEC, a EA ganha visibilidade ao promover novas abordagens no processo de mediação de interesses (potenciais ou explícitos), associado à apropriação do espaço por meio da gestão de UC, onde a partir da formação de atores sociais na compreensão do valor de serviços ambientais oferecidos por este ambiente é que se leva a vencer problemáticas socioambientais geradas por políticas públicas no processo de reconhecimento das populações tradicionais na proteção aos recursos naturais.

Referências

- BENATTI, J. H.; OLIVERIA, J. A. Sobreposição de Parque Estadual a Assentamento agroextrativista na Amazônia Brasileira. **Revista de Direitos Difusos**. V.10, julho-dez, 2018, p.137-160.
- BRASIL. **Lei federal nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. A Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 03 ago. 2021
- BRASIL. **Lei federal nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidade de Unidade de conservação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 03 ago. 2021
- GUIMARÃES, R. P. Modernidad, medio ambiente y ética: un nuevo paradigma de desarollo. **Ambiente e Sociedade**, v.1, n.2, p.5-24, 1998.
- ICMBio. **Educação Ambiental em unidades de conservação**: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade, 2016. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/DCOM_ICMBio_educacao_ambiental_em_unidades_de Conservacao.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021
- LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MEDA, R. V. A criação de Unidades de Conservação no reconhecimento de territórios às populações tradicionais. **Revista do Direito a cidade**. V.06, nº 01, 2014, p.275 -300.
- NASCIMENTO, E. M. M. Gestão de Conflitos Socioambientais: O Caso do Parque Estadual Charapucu. 2017. **Monografia** (Especialização Lato Sensu em Direito Ambiental) – Departamento de ciências Florestais - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/54469>>. Acesso em: 05 set.2021
- ROSA, G.M.; SILVA, R.F.; FLACH, K.A. Educação Ambiental na Educação Escolar e a Responsabilidade Social: desafios e possibilidades nas questões ambientais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, V.16, Nº 5: 411- 430, 2021.

SANTOS, S.L.F.; SOUSA, R.P.; FERREIRA, C.P. Educação Ambiental e agroecologia: uma proposta para o entrelaçar de saberes nas escolas rurais do município de Castanhal- PA. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 38, n. 1, p. 244-265, jan./abr. 2021.

TRIPP, D. Pesquisa-Ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.